

## ÍNDICE

	Págs
NOTA PRÉVIA.....	5
I. O CÍRCULO E A LINHA: DA “LIBERDADE DOS ANTIGOS” À “LIBERDADE DOS MODERNOS” NA TEORIA REPUBLICANA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (1.ª PARTE).....	7
I. Introdução ...	7
II. As Ligações Transversais.....	12
III. A Economia Narrativa da Teoria Republicana dos Direitos Fundamentais .....	16
1. No começo era o direito natural .....	16
2. Depois foi a solidariedade social .....	19
3. A construção do paradigma republicano ....	24
3.1. O paradigma liberal «Liberdade dos Modernos» em vez de «Liberdade dos Antigos».....	24
3.2. Regresso à polis grega na teoria republicana dos direitos fundamentais.....	26
3.3. Modernidade liberal e modernidade republicana.....	30
2. TOMEMOS A SÉRIO OS DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS.....	35
I. O “Véu de ignorância” na escolha da técnica de positivação constitucional dos direitos fundamentais, económicos, sociais e culturais.....	36
II. Tabela de “Enunciados Semânticos” na Constituição Portuguesa (CRP) e na Constituição Espanhola (CE) .....	38
III. Continuação da récita: como se torna aceitável a opressão e começa a libertação .....	44
IV. Uma ideia para “Conjecturar” e “Refutar”: a “posição jurídico-prestacional” .....	51
1. Proposta da noção de posição jurídico-prestacional .....	51
2. Análise estrutural de posições jurídico-prestacionais.....	53

	Págs
V. À guisa de conclusão: direitos absolutos ou políticas constitucionais de liberdade.....	67
3. CONSTITUIÇÃO E DÉFICE PROCEDIMENTAL.....	69
I. Os exemplos.....	69
II. Direitos fundamentais e “direitos processuais”: fim da metanarrativa	71
1. Modernidade e pós-modernidade no discurso dos direitos fundamentais: o exemplo do direito ao procedimento .....	72
2. Procedimento/processo no contexto de uma narrativa emancipatória .....	72
3. Procedimento/processo no trânsito da pós-modernidade .....	74
III. Para além das “teorias da justiça”: protecção jurídica temporalmente adequada.....	75
1. Direito ao procedimento/direitos processuais .....	75
2. “Invenção” e “reinvenção” do direito do processo e do procedimento .....	79
4. PROVIDOR DE JUSTIÇA E EFEITO HORIZONTAL DE DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS.....	85
I. Um convite e uma perplexidade .....	85
II. As questões básicas: o problema da eficácia dos direitos, liberdades e garantias e o apelo à extroversão do Provedor de Justiça .....	86
III. O enquadramento constitucional e legal do Provedor de Justiça	89
IV. O Provedor de justiça: “mediador” imediato da eficácia de direitos, liberdades e garantias na ordem jurídica privada.....	90
V. O Provedor e o Legislador.....	91
VI. O Provedor e as acções/recursos de inconstitucionalidade e de ilegalidade .....	92
VII. O Provedor e os “poderes privados” .....	93
VIII. A unidade da ordem jurídica .....	95
5. “METODOLOGIA FUZZY” E “CAMALEÕES NORMATIVOS” NA PROBLEMÁTICA ACTUAL DOS DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS .....	97
I. Descodificação da provocação e proposta de leitura .....	97
II. Os paradoxos dos direitos económicos, sociais e culturais .....	103
III. <i>Diablicum perseverare</i> : a bondade constitucional de direitos sociais, económicos e culturais .....	105
IV. A caminho da des-introversão e da subsidiariedade.....	111

	Págs.
6. O TOM E O DOM NA TEORIA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	115
I. Sobre o tom e o dom .....	115
II. Sobre a crise da Constituição e a crise das teorias de direitos fundamentais.....	120
III. Paradoxia de direitos ou interpretação razoável.....	127
IV. Dos direitos até às políticas, das políticas até aos direitos .....	130
V. Constituição nacional e constitucionalismo global .....	134
7. MÉTODOS DE PROTECÇÃO DE DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS. ....	137
I. Ecos de um curso de mestrado: métodos e regimes.....	137
II. Os métodos .....	139
8. PRIVATIZAÇÕES E DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS	161
I. Nota introdutória.....	161
II. Enunciação do problema .....	162
III. O segredo da correspondência no âmbito das empresas privadas de telecomunicações .....	163
IV. A regulação do “segredo” das comunicações depois da privatização	164
V. O problema dogmático-constitucional .....	166
9. O ÓNUS DA PROVA NA JURISDIÇÃO DAS LIBERDADES: PARA UMA TEORIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL À PROVA	169
I. O direito constitucional à prova.....	169
II. O direito constitucional do ónus da prova .....	170
III. Ónus de prova e presunção de constitucionalidade das leis .....	173
IV. Conformação legal dos processos concretizadores de direitos fundamentais .....	173
10. O DIREITO AO AMBIENTE COMO DIREITO SUBJECTIVO	177
I. Direito ao ambiente como direito subjectivo ao ambiente? Uma pergunta fora de moda? .....	177
II. As positivações constitucionais.....	178
III. O ambiente como fim e tarefa do Estado e da comunidade .....	181
IV. Direito fundamental ao ambiente.....	183
11. DOGMÁTICA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITO PRIVADO .....	191
I. Dogmática dos direitos fundamentais no âmbito do direito privado	192

	Págs
II. O enquadramento teórico das restrições aos direitos, liberdades e garantias pessoais.....	194
III. Aproximação conceitual .....	197
IV. A querela das teoras: a teoria externa e a teoria interna.....	201
12. LIBERDADE E EXCLUSIVO NA CONSTITUIÇÃO.....	217
I. Um desafio e um caso .....	217
II. O direito de troncalidade autoral .....	222
III. Exclusivo e liberdade .....	224
IV. A liberdade de forma .....	230
V. Dominialidade e liberdade de circulação de obras .....	231
13. TERRORISMO E DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	233
I. Direito Constitucional e Direito Penal: raízes e cumplicidade.....	233
II. O Discurso antigarantístico .....	235
1. O “direito penal contra o inimigo” ( <i>Feindstrafrecht</i> ) .....	235
2. A extradição de cidadãos nacionais e o mandado de prisão euro .....	238
III. A “sociedade de risco” e responsabilidade .....	240
14. “BYPASS” SOCIAL E O NÚCLEO ESSENCIAL DE PRESTAÇÕES SOCIAIS .....	243
I. Retrospectiva.....	243
1. A análise estrutural da posição jurídico-prestacional.....	243
2. Os direitos sociais e os “camaleões normativos” .....	244
3. O direito é política, o direito é economia .....	245
4. O local incerto da socialidade.....	246
II. A “ <i>governance</i> ” do terceiro capitalismo e a constituição social.....	251
1. Colocação do problema .....	251
2. Os pressupostos económico-financeiros do Estado Social .....	252
3. O Estado Social como instrumento da inclusão social .....	254
III. Desafios metódicos e metodológicos à sustentabilidade normativa do Estado Social .....	256
1. A “direcção” através do direito.....	257
2. Refracções metódico-metodológicas .....	259

---

	Págs
IV. “Bypass” Social .....	260
1. A determinação dos níveis essenciais de prestações sociais .....	260
2. A ideia de “núcleo essencial” .....	261
3. Os níveis essenciais de prestações sociais.....	262
4. Um exemplo paradigmático: do direito à saúde aos direitos dos doentes.....	264
5. Direcção constitucional e metódica de concretização dos direitos sociais .....	265
6. E o que dizem os juízes quanto ao nível essencial das prestações sociais?.....	267